

**Cartório Notarial de A. Nunes da Costa**  
**Gaveto à Av. Fernão de Magalhães, nº 136, 1º, salas E, F e G**  
**3000-171 Coimbra**  
**Tel: 239832158 Fax: 239832160**

Certifico que a presente é certidão, com **vinte e cinco** páginas extraída da escritura lavrada de folhas **cinquenta e cinco** a folhas **cinquenta e cinco verso**, do livro de notas para escrituras diversas número **cinquenta e dois - A**, deste Cartório Notarial. -----

Está conforme o original. -----

Coimbra, 30 de Março de dois mil e doze. -----

~~O Notário~~/O colaborador do Notário

----- Tiago Luís Moura de Almeida Matos -----

(Tiago Luís Moura de Almeida Matos)

(Colaborador nº181/2-06/01/2012)

Conta

Emitido Recibo

Reg. sob o nº 593 /



Livro	Folhas
52-A	55

### Alteração de Estatutos

---- No dia trinta de Março de dois mil e doze, perante mim, António José Machado Nunes da Costa, Notário do Cartório sito no Gaveto à Av. Fernão de Magalhães, nº 136, 1º andar, salas E, F e G, em Coimbra, no referido Cartório, compareceram como outorgantes: -----

----a) **Luís Manuel Lontro Abreu**, casado, natural da freguesia de São Julião da Figueira da Foz, concelho da Figueira da Foz, residente na Rua Silva Ferreira, nº 25, 1º dtº, freguesia de Santo António dos Olivais, cidade e concelho de Coimbra, titular do bilhete de identidade número 2442618, de 12/11/2004, dos SIC de Coimbra; e -----

----b) **Vítor Emanuel Fonte das Neves**, divorciado, natural da freguesia de Souselas, concelho de Coimbra e residente na rua do Cruzeiro, nº 10, Póvoa de S. Martinho do Bispo, freguesia de S. Martinho do Bispo, cidade e concelho de Coimbra, titular do cartão de cidadão número 07783902, válido até 13/1/2014. -----

----Verifiquei a identidade dos outorgantes por exibição dos documentos de identificação referidos. -----

----E DECLARARAM: -----

----Que outorgam em representação da "**Federação Portuguesa dos Centros de Cultura e Desporto da Saúde e Segurança Social**", pessoa colectiva número 501394893, com sede na Rua Augusto Gil, número quarenta e dois, rés-do-chão, freguesia de S. Sebastião da Pedreira, cidade e concelho de Lisboa, nas qualidades de Vogais mandatados pela respectiva Direcção, e no cumprimento da deliberação da respectiva Assembleia Geral de vinte e sete de Maio de



36  
dois mil e onze, qualidade e poderes que verifiquei por fotocópia autêntica da escritura de alteração de estatutos, exarada em vinte e um de Abril de dois mil e seis, iniciada a folhas duas, do respectivo livro quarenta e oito - P, do Cartório Notarial da Guarda de José Carlos Relva, pública - forma da acta número vinte e três, de dois de Setembro de dois mil e onze, pública forma do auto de posse de vinte e seis de Junho de dois mil e nove e pública - forma da referida deliberação, que se arquivam. -----

---- Que, nessa qualidade e no uso dos poderes constantes da referida deliberação da assembleia geral de vinte e sete de Maio de dois mil e onze, constantes duma das actas atrás referidas, consignam, nesta escritura, a **ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS**, os quais passam a ter a redacção que consta do documento complementar elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que igualmente se **arquiva**, cujo conteúdo declararam conhecer perfeitamente, pelo que dispensam a sua leitura. -----

----Esta escritura foi lida e explicado o seu conteúdo.

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

O Notário,

Conta registada sob o nº 599



Cartório Notarial de A. Nunes da Costa			
L.º	52	A	Fis. 55
Doc.	59	Fis.	180
Em			

File 1  
  
 31

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO "FEDERAÇÃO PORTUGUESA DOS CENTROS DE CULTURA E DESPORTO DA SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL" QUE INTEGRAM A ESCRITURA INICIADA A FOLHAS

cinquenta e cinco DO LIVRO cinquenta e dois - A.

## CAPÍTULO I

(Constituição)

### Artigo 1º

(Denominação e sede)

1.- A Federação Portuguesa dos Centros de Cultura e Desporto da Saúde e Segurança Social, abreviadamente, designada por Federação, é uma Associação constituída por escritura pública de trinta de Julho de mil novecentos e oitenta e dois, lavrada no Cartório Notarial de Alcanena, rege-se pelos presentes Estatutos.

2.- A Federação tem a sua sede na Rua Augusto Gil, número quarenta e dois, rés - do - chão em Lisboa, podendo fixá-la em qualquer local do Território Nacional, mediante deliberação da Assembleia Geral.

3.- A Federação durará por tempo indeterminado.

### Artigo 2º

(Objecto)

1.- A Federação terá por objecto genérico a prossecução dos mesmos fins que os seus sócios, nomeadamente nas áreas cultural, desportiva, recreativa, social, sócio - económica e de formação.

2.- A Federação elege como objecto específico:

a) Desenvolver e assegurar o movimento associativo dos Centros de Cultura e Desporto;



- b) Dirigir, coordenar e articular as suas actividades;
- c) Promover, organizar e coordenar dentro do quadro de uma programação global, acções e actividades de âmbito desportivo, cultural, recreativo, social - económica e de formação, tendentes a concretizar e complementar o objectivo a prosseguir pelos seus sócios;
- d) Arbitrar, de acordo com espírito associativo, os conflitos que se gerem entre os seus sócios;
- e) Estabelecer formas de cooperação com organizações congéneres, nacionais ou estrangeiras;
- f) Estudar as questões que interessem aos CCD's procurando soluções ajustadas às necessidades.

### Artigo 3º

(Filiação Nacional e Internacional)

A Federação poderá filiar-se em organizações nacionais e internacionais de fins estatutários semelhantes, a qual será ratificada em Assembleia Geral.

## CAPÍTULO II

(Recursos e património)

### Artigo 4º

(Receitas)

São receitas da Federação:

As quotas pagas pelos sócios, os subsídios ou donativos concedidos pelas Entidades Públicas ou Privadas e, ainda, outras que a Federação decida criar ou aceitar, dentro dos limites legais.

### Artigo 5º



Cartório Notarial de A. Nunes da Costa			
L.º	.....	Fls.	.....
Doc.	.....	Fls.	131
Em	.....		

File 2  
*[Signature]*

56

(Património)

Constituem o activo patrimonial da Federação todos os seus bens móveis e imóveis adquiridos a qualquer título legal e que se destinem a assegurar o funcionamento e a melhor prossecução dos seus objectivos.

**CAPÍTULO III**

**(Dos sócios, seus direitos e deveres)**

**Artigo 6º**

**(Sócios)**

1.- A Federação é constituída pelas categorias de sócios efectivos, sócios de mérito e sócios por correspondência:

a) São sócios efectivos os Centros de Cultura e Desporto (CCD's) dos serviços Públicos e das Instituições Públicas das áreas da Saúde e Segurança Social;

b) São sócios de mérito as pessoas individuais ou colectivas que sejam julgadas merecedoras dessa honra por atributos ou serviços relevantes prestados à Federação.

c) São sócios por correspondência as pessoas individuais que tenham sido sócios dum CCD que se tenha extinto ou em virtude da sua situação profissional, de reforma ou incapacidade tenha mudado de residência da área do CCD onde estava inscrito e que pretenda filiar-se na Federação.

2.- A admissão e exclusão de sócios efectivos, bem como a atribuição da categoria de sócio de mérito e por correspondência far-se-á mediante a apresentação de propostas escritas a serem aprovadas pela



56  
Direcção é ratificadas pela Assembleia Geral.

### Artigo 7º

#### (Direitos e Deveres dos Sócios)

1.- São direitos dos Sócios Efectivos:

- a) Participar em toda a vida da Federação, beneficiando da actividade que esta venha a promover;
- b) Participar nas Assembleias Gerais, propor, eleger e destituir os titulares dos Órgãos Sociais da Federação, bem como convocar, participar e votar na Assembleia Geral da Federação nos termos dos Estatutos;
- c) Propor aos Órgãos da Federação as iniciativas que considerem úteis à prossecução do seu objecto bem como a atribuição da categoria de sócio de mérito;
- d) Requerer aos Órgãos da Federação todas as informações que julguem necessárias, devidamente fundamentadas, e examinar as contas e outra documentação, nos termos fixados em regulamento próprio;
- e) Dirigir às autoridades competentes, por intermédio da Federação e no âmbito do seu objecto, reclamações e petições sobre actos ou factos lesivos dos seus direitos ou interesses;
- f) Examinar na sede da Federação, no final de cada ano social, as respectivas contas e toda a documentação que lhes serve de suporte;
- g) Consultar, na sede da Federação, os relatórios de actividade, orçamentos, contas, balanços e respectivos documentos de prestação de contas, bem como, convocatórias, actas e listas de presenças às



Cartório Notarial de A. Nunes da Costa	
L.º	Fis. 112
Doc.	Fis.
Em	

Folha 3

*[Handwritten signature]*  
36

reuniões da Assembleia Geral;

h) Receber gratuitamente os relatórios anuais e demais publicações da Federação;

i) Quaisquer outros que lhe sejam atribuídos pelos Estatutos e Regulamentos ou por deliberação da Assembleia Geral.

2- Constituem direitos dos Sócios de Mérito:

a) Possuir diploma comprovativo;

b) Sugerir à Assembleia Geral as providências julgadas úteis ao desenvolvimento e prestígio da Federação;

c) Receber gratuitamente, as publicações editadas pela Federação;

d) Participar nas Assembleias Gerais sem direito a voto.

3- Constituem direitos dos Sócios por Correspondência:

a) Possuir cartão de sócio;

b) Participar em toda a vida da Federação, beneficiando da actividade que esta venha a promover;

c) Receber, gratuitamente, as publicações editadas pela Federação;

d) Participar nas Assembleias Gerais sem direito a voto.

4- Constituem deveres dos Sócios Efectivos:

a) Cumprir e fazer cumprir a Lei, os Estatutos, Regulamentos e determinações da Federação e as instruções emanadas de Autoridades Públicas competentes;

b) Remeter à Federação as suas normas estatutárias e regulamentares, bem como os relatórios e contas da gerência e outros elementos que lhe sejam solicitados pela Federação;

c) Harmonizar os seus Estatutos e Regulamentos com os Estatutos e



Regulamentos da Federação;

d) Participar na Assembleia Geral e noutras reuniões para que seja convocado;

e) Pagar dentro dos prazos regulamentares, a jóia de inscrição de Sócio, a quota anual de filiação e, nos prazos convencionados os encargos contraídos com a Federação, fixadas pela Direcção e ratificadas pela Assembleia Geral;

f) Quaisquer outros que lhe sejam atribuídos pelos Estatutos e Regulamentos ou por deliberação da Assembleia Geral;

g) Pagar até trinta de Junho do próprio ano a quota anual fixada pela Direcção nos termos da alínea g, do artº 22 dos Estatutos.

#### 5- São deveres dos Sócios por Correspondência

a) Cumprir fazer cumprir a Lei, os Estatutos, Regulamentos e determinações da Federação;

b) Pagar, dentro dos prazos regulamentares, a jóia de inscrição de sócio, a quota anual de filiação e, nos prazos convencionados os encargos contraídos com a Federação, fixados pela Direcção e ratificados pela Assembleia Geral;

c) Pagar, até trinta de Junho do próprio ano, a quota anual fixada pela Direcção, nos termos da alínea g) do artigo 22º dos Estatutos.

### Artigo 8º

#### (Demissão e Expulsão)

1.- Qualquer sócio poderá pedir a sua demissão com pré-aviso de trinta dias, sem prejuízo do cumprimento dos deveres ou das responsabilidades que lhes advierem da prática dos actos que desta



Falsy  
96

sejam passíveis.

2.- Qualquer sócio poderá ser expulso, sob proposta da Direcção, pela Assembleia Geral, por violação culposa dos seus deveres estatutários, sendo que a proposta tem de ter a aprovação de dois terços dos votos dos sócios presentes na Assembleia Geral.

3.- Para efeitos do número anterior a Direcção organizará processo escrito onde conste:

- a) Indicação da falta cometida;
- b) Prova produzida;
- c) Cópia da informação escrita ao sócio dando-lhe conhecimento da falta cometida e efeitos estatutários;
- d) Informação sobre a resposta remetida pelo sócio;
- e) Proposta da aplicação da sanção.

4.- A sanção de expulsão é da competência da Assembleia Geral.

#### Artigo 9º

(Suspensão)

1.- Qualquer sócio poderá ser suspenso de todos ou alguns dos seus direitos e deveres por período não superior a um ano.

2.- A suspensão é da competência da Assembleia Geral, tendo a Direcção que organizar um processo escrito nos termos do n.º 3 do artigo 8º.

### CAPÍTULO IV

#### SECÇÃO I

#### Dos Órgãos Sociais

#### Artigo 10º



101

(Órgãos Sociais)

1.- São Órgãos Sociais da Federação:

a) Assembleia Geral;

b) A Direcção;

c) O Conselho Fiscal;

2.- É órgão consultivo da Assembleia Geral a Comissão Nacional.

3.- É admitida a constituição de comissões especiais, para o desempenho de actividades determinadas de âmbito estatutário.

**Artigo 11º**

(Eleições)

1.- Os titulares dos Órgãos Sociais da Federação são eleitos pela Assembleia Geral em lista única, através de sufrágio directo e secreto, na segunda reunião ordinária do ano respectivo, nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral, por período de três anos.

2.- Considera-se eleita a lista que obtiver a maioria absoluta dos votos dos Sócios presentes.

3.- O Presidente da Assembleia Geral confere posse aos Membros dos Órgãos Sociais eleitos no prazo de oito dias após a sua eleição.

4.- Em caso de vacatura do cargo, quer do Membro Efectivo quer do Suplente, os que vierem a ser eleitos apenas concluirão o mandato em curso.

5.- Qualquer Membro poderá ser eleito por mais que uma vez consecutiva e sem limite de mandatos.

6.- Só poderão ser eleitos para os Órgãos Sociais os Sócios dos CCD's, que estejam em pleno gozo dos seus direitos como sócios da



Fila 5  
*[Handwritten signature]*

11

Federação.

7.- Para além dos requisitos específicos previstos nestes estatutos, só podem ser eleitos para Órgãos Sociais da Federação os Sócios dos CCD's, que reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Terem nacionalidade portuguesa;
- b) Serem maiores de dezoito anos;
- c) Não terem sofrido qualquer sanção disciplinar superior a cento e vinte e oito dias, mesmo que amnistiada;
- d) Não serem considerados inelegíveis ou inabilitados nos termos da lei.

8.- A reabilitação pode ser requerida ao Presidente da Assembleia Geral, decorridos cinco anos após o cumprimento da pena, a verificação ou cessação do facto que a fundamenta.

9.- Os titulares dos Órgãos Sociais da Federação cessam as suas funções, antes do termo do mandato, nos seguintes casos:

- a) Renúncia;
- b) Destituição por violação grave aos seus deveres estatutários;
- c) Perda de mandato, por incompatibilidade e causa de inelegibilidade supervenientes, ou por sanção disciplinar inabilitante.

10.- A Assembleia Geral destitui os titulares dos Órgãos Sociais da Federação mediante proposta fundamentada e subscrita por Sócios que representem, pelo menos, um terço do total dos votos da Assembleia Geral.

11.- A destituição dos titulares dos Órgãos Sociais, prevista no número anterior, processar-se-á nos seguintes termos;



a) O Presidente da Assembleia Geral aprecia liminarmente a proposta no prazo de TRÊS dias e, admitida esta, ordena a sua notificação aos visados para responderem, querendo, no prazo de CINCO dias: \_\_\_\_\_

b) A proposta de destituição e eventual resposta acompanham a convocatória da Assembleia Geral; \_\_\_\_\_

c) Os visados podem intervir na Assembleia Geral durante o período de discussão da proposta da sua destituição; \_\_\_\_\_

d) A Assembleia Geral aprova a destituição dos titulares dos Órgãos Sociais da Federação por maioria de dois terços dos votos dos Sócios presentes. \_\_\_\_\_

12.- Salvo os casos expressamente previstos nos presentes Estatutos, da constituição e funcionamento da Comissão Nacional e Comissões Especiais, é incompatível o exercício cumulativo de funções em diferentes Órgãos Sociais da Federação. \_\_\_\_\_

### **Artigo 12º**

#### **(Funcionamento dos Órgãos Sociais)**

1.- Nenhum Órgão Social poderá funcionar, sem que estejam presentes a maioria dos Membros. \_\_\_\_\_

2.- As deliberações dos Órgãos Sociais são tomadas por maioria simples de votos dos presentes, sem prejuízo do disposto nos Estatutos.

3.- O Presidente ou o seu substituto têm voto de qualidade em caso de empate. \_\_\_\_\_

4.- As votações respeitantes à eleição ou a assuntos de incidência pessoal serão feitos por escrutínio secreto. \_\_\_\_\_

5.- Nas votações respeitantes às alterações dos Estatutos e à revogação



Falso  
Antônio  
7

136

dos mandatos dos titulares dos Órgãos Sociais exigir-se-á sempre o voto favorável de três quartos do número dos sócios presentes. —

6.- Na votação de deliberação da dissolução da Federação exigir-se-á o voto favorável de três quartos do número de todos sócios. —

7- As reuniões estatutárias dos Órgãos Sociais da Federação realizam-se na respectiva sede ou, excepcionalmente, em local que o Presidente do respectivo Órgão a convoque. —

8.- Sem prejuízo do disposto nos Estatutos, os Órgãos Sociais da Federação reúnem-se extraordinariamente, mediante solicitação de um terço dos Membros respectivos. —

### **Artigo 13º**

(Sistema Eleitoral)

1.- A Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal são eleitos em Assembleia Geral. —

2.- A candidatura, acompanhada do Programa de Acção, será apresentada em listas onde constem os Membros Efectivos e Suplentes, com a indicação dos cargos a ocupar por cada Membro. —

### **Artigo 14º**

(Lista de candidatos)

A eleição dos Membros da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal é efectuada por lista única, sendo indicados nominalmente os candidatos indigitados na composição de cada Órgão. —

## **SECÇÃO II**

### **ASSEMBLEIA GERAL**



## **Artigo 15º**

(Definição)

A Assembleia Geral, Órgão Máximo da Federação, é constituída por todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos sendo as deliberações tomadas nos termos estatutários.

## **Artigo 16º**

(Reuniões)

- 1.- As reuniões da Assembleia Geral são ordinárias e extraordinárias.
- 2.- A Assembleia Geral reúne ordinariamente, até trinta e um de Março, para discussão e votação do Relatório e Contas e até trinta de Novembro de cada ano, para apreciação, discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento.
- 3.- A Assembleia Geral reúne ainda em sessões extraordinárias convocadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral:
  - a) Por sua iniciativa;
  - b) A pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal;
  - c) A requerimento de um grupo de Sócios Efectivos representando pelo menos um terço dos votos da Assembleia Geral.
- 4.- O Presidente da Assembleia Geral convoca a Assembleia Geral no prazo de cinco dias após a recepção da solicitação ou do requerimento, através de carta registada com aviso de recepção, por fax, ou correio electrónico certificado com, pelo menos, quinze dias de antecedência da data da sua realização.
- 5.- Do aviso convocatório consta obrigatoriamente a natureza da Assembleia Geral, o dia, hora e local da reunião, a respectiva Ordem



Fili 7  
Bachan  
7

156

de Trabalhos e a relação dos sócios com direito a voto.

6.- Acompanham o aviso convocatório todas as propostas e documentos que habilitem a Assembleia Geral a discutir as matérias incluídas na Ordem de Trabalhos.

7.- A Assembleia Geral convocada a requerimento de um grupo de sócios efectivos não pode reunir sem a presença de metade dos requerentes.

8.- É vedado à Assembleia Geral deliberar sobre matérias não incluídas na Ordem de Trabalhos, salvo se, estando presentes todos os Sócios Efectivos, estes decidam fazê-lo por unanimidade.

### Artigo 17º

#### (Competência)

1.- A Assembleia Geral da Federação delibera sobre todos os assuntos submetidos à sua apreciação que não sejam da competência exclusiva de outros Órgãos Sociais da Federação, competindo-lhe especialmente:

- a) A eleição e destituição dos titulares dos Órgãos Sociais;
- b) A aprovação dos Estatutos, dos Regulamentos, bem como as respectivas alterações;
- c) Ratificar a filiação da Federação em Organismos Nacionais e Internacionais;
- d) A aprovação da dissolução da Federação;
- e) A aprovação do Orçamento, do Relatório, do Balanço, dos Documentos de Prestação de Contas, dos Orçamentos Suplementares e de todas as deliberações que impliquem custos sem cabimento orçamental;



- 156
- f) Apreciar a actuação dos Órgãos da Federação;
  - g) A autorização para a Federação demandar judicialmente os titulares dos respectivos Órgãos Sociais por factos praticados no exercício do cargo;
  - h) A admissão e a exclusão de Sócios Efectivos e Sócios por Correspondência, bem como a atribuição de Sócio de Mérito;
  - i) A concessão de medalhas e louvores a pessoas singulares ou colectivas que tenham prestado relevantes serviços à Federação;
  - j) A autorização de aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis;
  - l) Todas as demais competências previstas nos Estatutos ou Regulamentos.

2.- Salvo situação de urgência reconhecida pelo Presidente da Assembleia Geral, as propostas de alteração de normas estatutárias ou regulamentares, que acompanham a convocatória da Assembleia Geral, são instruídas com pareceres do Conselho Fiscal, da Direcção e as recomendações da Comissão Nacional.

### Artigo 18º

(Mesa da Assembleia Geral)

- 1.- A Mesa da Assembleia Geral composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e dois suplentes.
- 2.- Competências dos Membros da Mesa:
  - a) Ao Presidente da Assembleia Geral compete dirigir os trabalhos da Assembleia Geral, sem prejuízo doutras competências que lhe sejam atribuídas pelos Estatutos;
  - b) Ao Vice-Presidente compete auxiliar o Presidente e substituí-lo nas



Fls. 8  
17/6

suas faltas e impedimentos;

c) Ao Secretário compete elaborar a acta da Assembleia;

d) Sem prejuízo do disposto nas alíneas do número anterior, os trabalhos da Assembleia Geral são dirigidos por três pessoas, cabendo à Assembleia escolher os substitutos dos Membros da Mesa em falta, de entre os representantes dos Sócios presentes;

e) Dos actos do Presidente e da Mesa da Assembleia Geral cabe recurso para a Assembleia Geral, sem prejuízo dos Estatutos.

### **Artigo 19º**

(Convocatória)

1.- A Assembleia Geral é convocada com, pelo menos, trinta dias de antecedência ou nos termos do número três do artigo décimo sexto dos estatutos.

2.- A convocatória que indicará a ordem de trabalhos, o dia, hora e local da sua realização, será comunicada através de carta registada com aviso de recepção, por fax, ou correio electrónico certificado ou nos termos do número quatro do artigo décimo sexto dos estatutos.

3.- A convocatória será ainda afixada na sede da Federação.

### **Artigo 20º**

(Quorum)

A Assembleia Geral não pode reunir em primeira convocação sem a presença de metade dos seus Sócios, podendo funcionar em segunda convocação, trinta minutos depois, com qualquer número, desde que conste no aviso convocatório.

## **SECÇÃO III**



## Da Direcção

### Artigo 21.º

#### (Composição)

- 1.- A Direcção é constituída pelo Presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro, Quatro Vogais e Quatro Suplentes
- 2.- A Direcção, sob proposta do Presidente, poderá contratar um Secretário - Geral cujo contrato não pode ultrapassar o prazo do seu mandato.

### Artigo 22.º

#### (Competência)

- 1.- À Direcção compete a administração da Federação e, designadamente:
  - a) Zelar pelo cumprimento dos Estatutos e das deliberações dos Órgãos Sociais da Federação;
  - b) Elaborar o Plano Anual de Actividades;
  - c) Elaborar anualmente e submeter a parecer do Conselho Fiscal o Orçamento, o Balanço e o Relatório, e os documentos de Prestação de Contas;
  - d) Fomentar entre os sócios o espírito associativo e a dinamização de actividades tendentes a concretizar os objectivos consagrados nos Estatutos;
  - e) Propor à Assembleia Geral a atribuição da qualidade de Sócio de Mérito e a de Sócio por Correspondência;
  - f) Propor à Assembleia Geral a concessão de Medalhas e Louvores;
  - g) Fixar a jóia de inscrição e a quota anual de filiação dos Sócios



F. 9  
13/

Efectivos e dos Sócios por Correspondência, cujos montantes terão de ser liquidados até trinta de Junho do ano em curso;

h) Elaborar propostas de alteração aos Estatutos e Regulamentos;

i) Organizar os Grandes Encontros e outras competições Desportivas ou Actividades Culturais;

j) Exercer o poder disciplinar contra os Sócios Efectivos e os Sócios por Correspondência e pessoas sujeitas ao poder disciplinar da Federação;

l) Contratar e exonerar o Secretário sob proposta do Presidente nos termos do número dois, do artigo vigésimo segundo dos presentes Estatutos;

m) Assumir e fazer cumprir as obrigações decorrentes de compromissos celebrados no âmbito dos Organismos Internacionais e Nacionais de que a Federação seja parte;

n) Preencher qualquer lacuna dos Regulamentos mediante prévio parecer do Conselho Fiscal e da Comissão Nacional, o qual para todos os efeitos se presume dado trinta dias após o solicitado, valendo a deliberação até à Assembleia Geral seguinte.

2.- A Federação é administrada e representada nos actos e contratos que envolvam responsabilidade ou obrigação com a assinatura conjunta do Presidente e de um elemento da Direcção.

3.- Compete ao Presidente da Direcção:

a) Representar a Federação e assegurar o seu regular funcionamento perante todas as entidades públicas e privadas;

b) Representar a Federação junto das organizações congéneres



nacionais e internacionais;

Representar a Federação em juízo e fora dele, podendo para o efeito nomear procurador;

c) Nomear as comissões consultivas e/ou técnicas;

d) Contratar e gerir o pessoal ao serviço da Federação;

e) Assegurar a organização e funcionamento dos serviços bem como a escrituração dos livros, nos termos da Lei;

f) Convocar e presidir às reuniões da Direcção;

g) Participar, sem direito a voto, quando o entenda conveniente, nas reuniões dos Órgãos Sociais da Federação;

h) Requerer em nome da Direcção, por deliberação daquela, a convocação extraordinária da Assembleia Geral da Federação.

### **Artigo 23.º**

(Reuniões)

A Direcção reúne mensalmente e extraordinariamente por convocatória do Presidente da Direcção.

### **Artigo 24.º**

(Modo de obrigar)

1.- Nos casos de mero expediente é suficiente a assinatura de um Membro da Direcção.

2.- Nos restantes casos que impliquem alterações de despesas, assinatura de cheques ou a assunção de obrigações e responsabilidades para a Federação, é obrigatória a assinatura do Presidente e do Tesoureiro, podendo a Direcção indicar outros dos seus Membros por impedimento de qualquer um deles ou de ambos.



Fls. 10  
*[Handwritten signature]*

91

## SECÇÃO IV

### Conselho Fiscal

#### Artigo 25.º

(Composição)

O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente, um Vice-Presidente, um Vogal e dois Suplentes.

#### Artigo 26.º

(Competências)

1.- Compete ao Conselho Fiscal fiscalizar os actos de administração económica - financeira da Federação e, em especial;

a) Emitir parecer sobre o Orçamento, Balanço, Relatório e Documentos da Prestação de Contas, bem como os Orçamentos Suplementares;

b) Examinar as contas da Federação e avaliar o cumprimento do Orçamento em relatório (semestral) a remeter de imediato à Direcção e aos Sócios Efectivos;

c) Interpretar e dar parecer, no prazo de quinze dias, sobre os Estatutos ou Regulamentos e integração de lacunas dos mesmos, a solicitação da Direcção;

2.- Na falta ou impedimento do Presidente, assume a presidência o Vice-Presidente e, na ausência de ambos, o Conselho Fiscal não pode deliberar.

3.- O Conselho Fiscal pode participar nas reuniões da Direcção desde que o solicite, sem direito a voto.

#### Artigo 27.º



(Reuniões)

O Conselho Fiscal reúne semestralmente e, sempre que necessário, por convocatória do Presidente.

## SECÇÃO V

### Comissão Nacional

#### Artigo 28º

(Definição)

A Comissão Nacional é Órgão Consultivo da Assembleia Geral.

#### Artigo 29º

(Composição)

1.- A Comissão Nacional é presidida pelo Presidente da Assembleia Geral e tem a seguinte composição:

- a) Um representante de cada CCD filiado na Federação;
- b) A Direcção da Federação.

2.- Podem ainda participar nas reuniões da Comissão Nacional, quando convocados para o efeito e sem direito a voto:

- a) O Conselho Fiscal;
- b) Os Membros das Comissões Especializadas;
- c) Os Sócios de Mérito.
- d) Os Sócios por Correspondência.

#### Artigo 30º

(Competência)

1.- Compete à Comissão Nacional:

- a) Pronunciar-se sobre as linhas gerais e os princípios de actuação da Federação de acordo com as orientações da Assembleia Geral;



Fls 11  
23

- b) Debater as questões de interesse estratégico para a Federação e os CCD's;
- c) Apreciar o Plano de Acção e Orçamento, e o Relatório de Contas;
- d) Apreciar sobre a filiação da Federação em organizações nacionais ou internacionais;
- e) Pronunciar-se sobre a eleição de uma Comissão Directiva provisória de gestão sempre que se justifique;
- f) Apreciar e emitir parecer sobre os regulamentos internos;
- g) Debater e emitir parecer sobre as matérias que lhe sejam presentes. -

### Artigo 31º

(Quorum)

- 1.- A Comissão Nacional reúne à hora marcada se estiver presente, a maioria dos Membros que a constituem.
- 2.- Se à hora marcada não estiver presente o número de Membros indicado no artigo vigésimo, a Comissão Nacional reunirá meia hora depois com qualquer número de sócios.

### Artigo 32º

(Reuniões)

- 1 - A Comissão Nacional reúne duas vezes por ano antes das Assembleias Gerais.
- 2- A Comissão Nacional reúne ainda, em sessões extraordinárias, por convocatória do Presidente da Assembleia Geral a enviar a todos os membros com a antecedência mínima de oito dias:
  - a) Por sua iniciativa;
  - b) Por proposta da Direcção;



b) Por requerimento subscrito por um terço dos CCD's;

d) A pedido do Presidente do Conselho Fiscal.

## CAPÍTULO V

### (Disposições Finais e Transitórias)

#### Artigo 33.º

(Alteração dos Estatutos)

Os presentes Estatutos, nos termos da alínea b) n.º 1 do art. 17.º, só podem ser alterados por deliberação da Assembleia Geral, convocada para o efeito.

#### Artigo 34.º

(Contagem dos prazos)

À contagem dos prazos são aplicáveis as seguintes regras:

a) Não se inclui na contagem o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o prazo começa a correr;

b) O prazo começa a correr independentemente de quaisquer formalidades e suspende-se nos Sábados, Domingos e feriados;

c) O termo do prazo que caia em dia em que os serviços da Federação não estejam abertos ao público ou não funcionem durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.

#### Artigo 35.º

(Da entrada em vigor)

As alterações aos Estatutos entram em vigor após a publicação em comunicado oficial da Federação.

*Luís Manuel Costa da Silva*

*v. to. Manuel Costa da Silva*



*[Handwritten signature]*  
P

Cartório Notarial de A. Nunes da Costa	
L.º .....	Fis. ....
Doc. ....	Fis. 191
Em .....	

*[Handwritten]* 12

256

*[Handwritten signature]*  
O Notário